

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

CADERNOS DA ESCOLA DO LEGISLATIVO

44

Volume 25 | Número 44 | julho/dezembro 2023

MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Deputado Tadeu Martins Leite
Presidente

Deputada Leninha
1º-vice-presidente

Deputado Duarte Bechir
2º-vice-presidente

Deputado Betinho Pinto Coelho
3º-vice-presidente

Deputado Antonio Carlos Arantes
1º-secretário

Deputada Alencar da Silveira Jr.
2º-secretário

Deputado João Vítor Xavier
3º-secretário

SECRETARIA

Cristiano Felix dos Santos Silva
Diretor-geral

Luíza Homen Oliveira
Secretária-geral da Mesa

EDIÇÃO

Marialice Nogueira Emboava
Stefania de Resende Negri

ESCOLA DO LEGISLATIVO

Ruth Schmitz de Castro

REVISÃO*

Celeno Ivanovo
Ivan Capdeville Júnior

NORMALIZAÇÃO

Gerência de Biblioteca

PROJETO GRÁFICO

Gleise Marino
Maria de Lourdes Macedo Ribeiro

EDITORAÇÃO E DIAGRAMAÇÃO

Letícia Martinez Matos

Apoio

Henrique Galvão Diniz (estagiário)
Gustavo da Fonseca Cavichi (estagiário)

*A revisão linguística dos *abstracts* dos artigos aqui publicados é de responsabilidade de seus respectivos autores.

Cadernos da Escola do Legislativo. - Vol. 1, n. 1, (jan./jun.1994) - .

Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas

Gerais, Escola do Legislativo, 1994 - .

Semestral

ISSN 1676-8450. eISSN 2595-4539.

Sumário

- 5 Editorial
- 9 Constituição e Poder Constituinte na Revolução Inglesa e na Revolução Norte-Americana: itinerário, legado e contradições
Rafael Dilly Patrus
- 47 Controle externo do Poder Legislativo sobre as políticas públicas tributárias
Legislative Power 's external control over public tax policies
Bernardo Motta Moreira
- 79 Debates parlamentares sobre a criminalização da LGBTQIAPN+fobia
Parliamentary deliberations about the criminalization of LGBTQIAPN+phobia
Maria Clara Brito da Gama
- 121 RESENHA
Avaliação legislativa no Brasil: efeitos da Emenda Constitucional nº 109, art. 37, § 16
Roberta Simões Nascimento
- 135 TRADUÇÃO
Doutrina da Legislação entre a ciência e a política
Tendências de desenvolvimento da Legisprudência – Parte 1
Theory of Legislation between Science and Political
Trends of development in Legisprudence – part 1
Autor: Klaus Meßerschmidt
Tradução: Ian Fernandes de Castilhos

CONSELHO EDITORIAL

Ana Fialho

Universidade de Évora (Portugal) – Departamento de Gestão

Antônio José Calhau de Resende

Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – Escola do Legislativo

Carolina Rolim Machado Cyrillo da Silva

Universidade Federal do Rio de Janeiro – Faculdade Nacional de Direito

David Francisco Lopes Gomes

Universidade Federal de Minas Gerais – Faculdade de Direito

Fabiana de Menezes Soares

Universidade Federal de Minas Gerais – Faculdade de Direito

Gabriel Rezende de Souza Pinto

Universidade Federal da Paraíba – Departamento de Filosofia

Marcelo Sevybricker Moreira

Universidade Federal de Lavras – Departamento de Ciências Humanas

Manoel Leonardo W. Duarte dos Santos

Universidade Federal de Minas Gerais – Departamento de Ciência Política

Paula Gabriela Mendes Lima

Universidade Federal de Goiás – Faculdade de Filosofia
Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – Gerência-Geral de Consultoria Temática

Rildo José Cosson Mota

Universidade Federal da Paraíba – Departamento de Letras

Editorial

Prezados leitores e leitoras,

É com prazer que apresentamos a mais recente edição dos *Cadernos da Escola do Legislativo*, dedicada a discussões atuais do âmbito jurídico. A presente publicação explora temas que vão desde questões práticas da legislação até aspectos teóricos e doutrinários, proporcionando uma abordagem abrangente e enriquecedora.

Iniciamos com o artigo “Constituição e poder constituinte na Revolução Inglesa e na Revolução Norte-Americana: itinerário, legado e contradições”, escrito pelo Prof. Dr. Rafael Dilly Patrus, consultor da ALMG na área de Análise de Processos. O autor nos convida a uma releitura crítica de conceitos fundamentais que emergiram na era moderna no campo da política e do direito, explorando processos históricos, debates conceituais e disputas de poder que ocorreram nos séculos XVII e XVIII.

Seu ponto de partida é a análise das mudanças na noção de representatividade e no equilíbrio de poder entre a monarquia e o parlamento inglês. Em seguida, Patrus aborda eventos menos conhecidos, como a independência colonial e a abolição da escravidão no Haiti, para ilustrar como a perspectiva de revolução evoluiu a partir desse ponto. Emblema disso, conforme detalhado pelo autor, é a experiência norte-americana, que, entre outros desdobramentos, conduziu à formação de uma república federativa bicameral e moldou uma nova concepção de constituição.

O artigo não apenas destaca os principais legados desses processos revolucionários, mas também explora contradições e reviravoltas que permearam o desenvolvimento do vocabulário político e do constitucionalismo moderno.

O segundo artigo, intitulado *Controle externo do Poder Legislativo sobre as políticas públicas tributárias*, é de autoria do Prof. Dr. Bernardo Motta Moreira, consultor legislativo da ALMG, especializado em Direito Constitucional e Administração Pública. Nesse trabalho, são examinados os instrumentos constitucionais disponíveis ao Parlamento para o exercício de sua função de fiscalização, com ênfase nos atos tributários do Executivo.

O autor utiliza exemplos recentes dos âmbitos federal, estadual e municipal para ilustrar prerrogativas constitucionais do Legislativo e mecanismos de controle externo da administração pública. Esses incluem a convocação de autoridades para a prestação de esclarecimentos, o pedido escrito de informações, a formação de comissões parlamentares de inquérito, a sustação de atos normativos do Poder Executivo que excedam o poder regulamentar ou os limites da delegação legislativa, a autorização de atos do Executivo e a revisão das contas do administrador público após parecer prévio do Tribunal de Contas.

Moreira destaca o diálogo entre os Poderes e a supervisão pelo Legislativo das políticas públicas como mecanismos de prevenção de abusos, de garantia da transparência fiscal e de representação dos interesses de diversos setores da sociedade nas questões tributárias.

No terceiro artigo, a doutora em Sociologia Maria Clara Brito da Gama, analisa discursos de parlamentares feministas sobre projetos de lei que pretendiam combater as discriminações decorrentes da orientação sexual e da identidade de gênero. Guiando-se por conceitos como heterossexismo, homofobia, LGBTQIAPN+fobia, Gama detalha três temas, a fim de aprofundar a análise dos projetos que tramitaram no Congresso Nacional entre 2001 e 2014: as diferentes concepções em disputa sobre a homossexualidade; a (im)pertinência de enquadrar a LGBTQIAPN+fobia na mesma lei que criminalizou o racismo; e o problema da severidade das penas previstas pelos projetos de lei debatidos.

Nas considerações finais de “Debates parlamentares sobre a criminalização da LGBTQIAPN+fobia”, a autora identifica, por um lado, as complexas relações e os conflitos identitários entre os movimentos feministas e os das minorias sexuais; por outro, reconhece que as

deputadas, ao fortalecerem as lutas contra a LGBTQIAPN+fobia no Congresso Nacional, combateram alicerces fundamentais da opressão masculina. Para a bolsista do Instituto de Medicina Social da Uerj, a dominação das mulheres, dos homossexuais e das minorias sexuais opera sobre bases iguais, mesmo sendo independentes e tendo suas especificidades.

Passados 15 anos, a LGBTQIAPN+fobia foi criminalizada não pelo Poder Legislativo, mas, sim, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), o que fez com que Gama também discutisse brevemente o conceito de judicialização da política.

Na seção de resenhas, é apresentada a obra “Avaliação legislativa no Brasil: efeitos da Emenda Constitucional nº 109, art. 37, § 16”, organizada por Fabiana de Menezes Soares, Thiago Hermont e Paula Gomes de Magalhães. Nessa seção, a Profª. Dra. Roberta Simões Nascimento, que atua como docente na UnB e como advogada do Senado, explica os pontos centrais de cada capítulo, interligados pelo interesse nos efeitos do § 16 do art. 37 da Emenda Constitucional 109, e compartilha suas apreciações sobre o conteúdo do livro.

Essa obra se destaca por explorar uma variedade de temas cruciais, relacionados à implementação da avaliação legislativa de políticas públicas em âmbito federal, estadual e municipal, à proteção de dados pessoais, à jurisprudência, à linguagem legislativa, à legislação tributária e ao saneamento básico. Além disso, como ressaltado por Nascimento, oferece importantes contribuições para a melhoria da atuação legislativa e da avaliação de políticas públicas no Brasil, destacando a necessidade de esforços contínuos e de aprimoramento das capacidades institucionais, com vistas a uma governança mais eficaz e responsiva.

Finalizamos esta edição com a tradução do artigo “Gesetzgebungslehre zwischen Wissenschaft und Politik” (“Doutrina da legislação entre a ciência e a política: tendências de desenvolvimento da jurisprudência – Parte 1”), publicado originalmente no periódico alemão de estudos jurídicos *ZJS: Zeitschrift für das Juristische Studium*. O autor do texto é Klaus Meßerschmidt, professor da cátedra de Direito Tributário e Direito Público da Universidade de Erlangen-Nuremberg; o tradutor é Ian de Castilhos, doutorando em Direito pela UFMG.

No artigo, Meßerschmidt introduz questões centrais da Doutrina da Legislação, considerada como um conjunto abrangente de abordagens e teorias relacionadas à elaboração, ao conteúdo técnico, aos fundamentos e aos impactos da legislação. A complexidade do tema pode explicar, em parte, a posição subordinada do ensino da disciplina nos cursos de Direito, o que permanece como um desafio.

Por outro lado, o recente incremento de publicações científicas nessa área, em particular na Alemanha e em outros países europeus, tem sido um fator de grande relevância para o desenvolvimento desse campo de estudos. Esse incremento reflete um renovado interesse, não apenas acadêmico, mas também político, pela Doutrina da Legislação nas últimas décadas, provocado, entre outras coisas, pelo papel crucial das leis nas sociedades modernas, pela racionalização do Direito e pela formação de blocos como a União Europeia.

Esperamos que apreciem a leitura!

Para interessados em submeter trabalhos ao nosso periódico, informamos que o processo de publicação passará a ser em fluxo contínuo no 1º semestre de 2024.

Marialice Nogueira e Stefania Negri

Editoras dos *Cadernos da Escola do Legislativo*

Contato: cadernos@almg.gov.br